

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
REALIZADA A 23 de OUTUBRO DE 2023.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e trinta e cinco minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de assembleias municipais:

- **Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha** – presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (1.º Secretário da Mesa).
- **Paulo Manuel Martins Luís** – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (Vice-presidente da Mesa).

Presidentes de câmaras municipais:

- **José Gabriel do Álamo de Meneses** – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- **Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira** – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:

- **José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona.**

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:

- **José Adriano Meneses Laranjo, Valdemar Manuel Dias Toste, Valter Manuel Linhares Peres.**

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:

- **Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa** – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
- **Paulo Rui Pacheco de Sousa** – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:

- **Marcos Duarte Machado do Couto** – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).
- **Helga da Rocha Barcelos** – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representante das associações agrícolas:

- **José António Sozinho Azevedo** – Associação Agrícola da Ilha Terceira. (2.º Secretário da Mesa).

Representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social:

- **Paulo Almeida** – URIPSSA. (Em substituição de João Canedo Reis).

Representante das associações não-governamentais ligadas ao ambiente:

- **Paulo José Mendes Barcelos** – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:

- **Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa** – UMAR.

Representante da universidade dos Açores:

- **Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho**.

Deputados em representação da ilha Terceira na ALRAA:

- **Nídia Inácio** (PSD), **Paulo Gomes** (PSD), **Tiago Lopes** (PS).

Ausências justificadas:

- **Carlos Henrique da Costa Neves** – Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

- **Nuno Alberto Lopes Melo Alves** – Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

- **Maria Judite Gomes Parreira** – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

- **João Paulo da Costa Moniz** – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (AH).

- **Orivaldo Manuel Bettencourt da Costa Chaves** – UGT.

- **Vítor Silva** – CGTP.

Deputados: **Alexandra Manes** (BE).

Ausências não justificadas:

- **Paulo Rocha** – FRUTER.

- **Paulo Rogério Pereira de Melo** – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados: **Andreia Costa** (PS), **Berto Messias** (PS), **Francisco Coelho** (PS), **Guilhermina Silva** (PSD), **Luís Soares** (PSD), **Pedro Pinto** (CDS-PP), **Rudolfo Franca** (PS).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa pôs à discussão e votação a ata da reunião ordinária do Conselho de Ilha da Terceira realizada a 18-5-2023. Não se tendo verificado quaisquer intervenções por parte dos senhores conselheiros, a referida ata foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Eleição da mesa do Conselho de Ilha da Terceira para o próximo ano, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do preceito legal.

Composição da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira para o ano 2024:

- **Presidente:**
Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.
- **Vice-presidente:**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.
- **1.º Secretário:**
Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **2.º Secretário:**
José António Sozinho Azevedo – Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Ponto 2 – Carta aberta em defesa das juntas de freguesia e das instituições da ilha Terceira.

Conselheiro Paulo Sousa (presidente da J. F. das Fontinhas, P. V.): Senhor presidente e respetiva Mesa, senhores conselheiros aqui presentes, muito bom dia a todos.

Esta carta surge na sequência de várias conversas informais entre diversos presidentes de juntas de freguesia, que depois se foram organizando, reunindo e debatendo problemáticas comuns a quase todas as freguesias. Este documento não é mais do que o levantamento de um conjunto de situações que pretendemos melhorar e resolver, tanto nas juntas de freguesia, como nas várias instituições, na defesa das nossas tradições. Algumas dessas problemáticas são de ordem burocrática e financeira das juntas de freguesia. É com agrado que vimos a ANAFRE incluir algumas das propostas no seu plano de atividades para o próximo ano e aguardamos com expectativa a aprovação na Assembleia Legislativa Regional, do regulamento de apoios às juntas de freguesia, o que, de certa forma, irá suprimir e resolver algumas dessas dificuldades.

Quero focar as nossas preocupações nas instituições, como as casas do povo e os clubes desportivos, além das diversas atividades de âmbito cultural como os bodos, as festas do Espírito Santo, etc. Estas associações e instituições são compostas por pessoas que despendem do seu tempo de forma voluntária, abnegada e resiliente, fazendo com que as mesmas continuem a funcionar, mantendo também vivas as tradições. Há cada menos gente com vontade e disponibilidade para gerir essas instituições, seja por motivos pessoais ou por experiências que correm menos bem, e muitos vão passando a palavra dizendo que não se querem envolver, sabendo de antemão que se vão deparar com situações complicadas. As despesas diárias de funcionamento fazem também com que as pessoas se envolvam cada vez menos com estas comissões ou instituições.

Há situações que podem ser resolvidas de forma simples sem onerar as câmaras municipais. Como todos sabem, os impérios funcionam apenas durante quinze dias mas acarretam uma série de despesas ao longo de todo o ano como, por exemplo, as tarifas de água e de resíduos. Estas casas poderiam ficar isentas do pagamento da tarifa do lixo ou quando não houver consumo de água, o que seria já uma grande ajuda. É certo que existem já mecanismos no âmbito da utilidade pública que preveem este tipo de isenções mas, por vezes, as direções ou comissões não têm conhecimento ou tropeçam em questões burocráticas, porque exercem durante um ano e não há continuidade do serviço, e talvez as câmaras municipais estejam disponíveis para prestarem esse contributo às instituições.

Quem já fez parte de comissões de festas, sabe que as mesmas se debatem com as dificuldades burocráticas que vão surgindo ano após ano, por isso entendemos que um conjunto de minutas ou procedimentos comuns aos dois concelhos, ajudariam a facilitar o trabalho de quem tem que tratar da diversa documentação que é necessária.

É dito por vezes ao jeito de graçola fácil que os terceirenses não querem trabalhar e só querem festa, mas todos sabem o trabalho que dá, ao longo do ano, a organização de uma festa. De forma voluntária, os membros das comissões vão mantendo viva a nossa cultura e as nossas tradições. Entendemos que esta forma de impulsionar a economia local deve ser acarinhada e apoiada, por isso será sempre bem-vindo, todo e qualquer contributo da parte dos membros deste Conselho de Ilha.

Quero chamar a atenção que este não é um problema de agora, é recorrente e tememos que se vá agravando cada vez mais nas nossas freguesias. Lançamos esta reflexão para sensibilizar as diversas entidades na busca de respostas ao encontro destas preocupações. Não há nada contra ninguém e se houver um trabalho de equipa da parte de todos nós, talvez consigamos melhorar as condições desta gente.

A carta apresenta uma série de sugestões. A senhora presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória demonstrou já a sua solidariedade e manifestou vontade de trabalharmos em conjunto na busca de soluções e penso que o senhor professor Álamo de Meneses, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, estará também disponível.

Este não é um documento fechado porque continuará a ser trabalhado. Temos tido um bom *feedback* da parte das instituições com quem vamos falando, sabendo de antemão que algumas medidas poderão pecar por excesso e outras por defeito, mas é necessário darmos continuidade a este trabalho inédito, procurando reunir todos os senhores presidentes de juntas de freguesia ou outros intervenientes que a ele se queiram associar para uma partilha de ideias na busca de soluções para estes e outros problemas que vão surgindo, não só na Terceira como em outras ilhas.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito bom dia a todos.

As comissões de festas têm que começar a olhar um pouco para os impérios como uma fonte de rendimento na área do turismo. É verdade que os impérios têm despesas mas é também verdade que estão fechados todo o ano, quando poderiam abrir aos turistas para que lá pudessem deixar alguns donativos nas coroas. Esta poderá ser uma boa fonte de rendimento para os impérios em certas alturas do ano, já que o culto ao Espírito Santo é uma imagem de marca para o turismo da ilha Terceira.

Não sejamos hipócritas e olhemos para as coisas com pragmatismo. Percebo perfeitamente todas as reticências que possam ser levantadas, mas a verdade é que a festa se faz com dinheiro. As coroas circulam o ano inteiro para angariarem fundos para as touradas, mas quando se fala no turismo, parece haver um choque, e eu até sou um grande aficionado.

As igrejas veem no turismo, uma fonte de rendimento. A igreja da Sé está aberta ao turismo e não me parece que alguém faça um escândalo ao pagar dois euros para a visitar, além do facto de se pagar também para visitar o tesouro, etc.

Temos que nos deixar de melodramas porque as coisas têm que se financiar. Seria importante para a imagem da ilha Terceira e para o seu produto turístico, que os impérios permanecessem abertos o máximo de tempo possível, sendo que o turismo representa também uma fonte de rendimento.

O senhor conselheiro levantou também a questão das burocracias que as comissões de festas têm que enfrentar, daí eu considerar que as juntas de freguesia têm um papel importante, já que as comissões variam de ano para ano. Em algumas freguesias existem as comissões do primeiro e do segundo bodo, enquanto noutras existem apenas as festas tradicionais da freguesia. Deixo este repto para que as freguesias se organizem no sentido de darem apoio às comissões de império.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros.

Dado que fui citado na intervenção anterior, acho que devo fazer algumas observações sobre esta matéria com todo o respeito que as câmaras municipais devem ter pela autonomia das juntas de freguesia e sem querer interferir em questões que são das suas competências.

Há aqui um conjunto de matérias que acabam por cair na esfera das competências de múltiplas entidades, desde a Assembleia da República até as câmaras municipais, passando por questões de organização interna das próprias juntas de freguesia. Contudo, é um documento virtuoso que apresenta um conjunto de preocupações que são de todos nós que lidamos com as questões de âmbito local. São preocupações das câmaras municipais, das juntas de freguesia e, particularmente, das instituições das diversas freguesias.

O bom funcionamento das juntas de freguesia é essencial para o bom funcionamento dos concelhos e do nosso território. Sem as juntas de freguesia e a sua capacidade para resolverem os assuntos locais, é posto em causa o funcionamento de tudo o resto porque elas

acabam por ser a base sobre a qual assentam todas as outras políticas territoriais. Vejo com agrado estas preocupações que são meritórias e merecedoras da consideração de todos os órgãos envolvidos, desde nós próprios até à Assembleia da República.

Há aqui questões fáceis de resolver, enquanto outras me parecem relativamente próximas do impossível, mas a verdade é que temos que perceber o que cada um de nós poderá fazer. Temos feito sempre os possíveis para que a relação entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia se baseie na procura de uma melhor eficiência no investimento e na subsidiariedade, ou seja, aquilo que pode ser feito ao nível da freguesia não precisa ser feito ao nível do concelho porque temos a certeza que as juntas de freguesia o fazem melhor, assim como as diversas instituições devem fazer aquilo que lhes compete. Algumas das questões levantadas neste documento têm já obtido resposta por parte da Câmara Municipal de Angra, algo que pretendemos ir aperfeiçoando, enquanto outras situações poderão ser mais difíceis de resolver.

São também aqui referidas questões burocráticas. A administração e gestão das juntas de freguesia são preocupações crescentes, até porque as mesmas vão ter em 2024, o maior aumento orçamental da última década com um crescimento mínimo de 16 % que poderá ir até aos 25 % nalguns casos.

Por decisão do Governo da República, que resolveu proceder a um aumento enorme das transferências, a partir do ano que vem vamos ter juntas de freguesia com orçamentos muito significativos, o que lhes trará também grandes responsabilidades do ponto de vista da gestão financeira. Quando tinham uma dezena de milhares de euros para gerirem num ano, as preocupações não eram muitas, mas vamos passar a ter juntas de freguesia com orçamentos na casa dos 200 mil euros diretos, já que receberão ainda os apoios vinhos da Câmara, mais isto e aquilo, o que levará a um conjunto de outras preocupações. Com tudo isto em conta, a Câmara tem agendado para amanhã um encontro com as juntas de freguesia no sentido de começarmos já a falar de questões de contratação pública, exatamente para se tentar dar resposta a estas e outras situações.

O município de Angra transfere em cada ano cerca de 1,5 milhões de euros para as suas juntas de freguesia o que, como é óbvio, tem um grande peso na sua gestão quando adicionamos cerca de um milhão de euros que recebem do Estado. As juntas de freguesia do concelho de Angra acabam por ter que gerir em cada ano, quase 2,5 milhões de euros. Dou razão aos senhores presidentes e restantes membros das juntas de freguesia porque tudo isto acarreta um conjunto de responsabilidades e preocupações acrescidas que todos devemos partilhar, tentando ajudar-nos mutuamente. Da parte da Câmara de Angra, há esse interesse e vontade, por isso vamos tentar ver se chegamos à frente.

A situação é bastante mais complexa no que diz respeito às restantes instituições, que são claramente uma riqueza para as freguesias mas, em muitas delas, há demasiadas instituições para o número de cidadãos interessados na sua gestão. Houve uma fase em que as

instituições proliferaram e chegou-se a uma situação em que se torna difícil conseguir quem queira dirigir uma instituição, quando temos quatro ou cinco em algumas freguesias. Se calhar seria melhor que houvesse algum tipo de consolidação de instituições, à semelhança do que foi feito nalgumas freguesias. Sei que é algo difícil, porque cada instituição preza muito a sua autonomia e não a quer partilhar, mas quando tem grandes infraestruturas à sua conta que exigem uma manutenção constante, como salões ou grandes edifícios, as coisas tornam-se particularmente difíceis para uma direção que é mais ou menos deixada sozinha durante o ano inteiro e vê-se obrigada a manter as estruturas e a pagar as contas.

Estas situações têm que ser tratadas com um grande respeito porque estamos a falar de instituições autónomas que pertencem aos seus sócios. Não há nenhuma legitimidade da parte da Câmara ou de qualquer outra entidade para se imiscuírem na gestão interna destas instituições mas é preciso tentar levar as pessoas a este tipo de reflexões. Se calhar ficamos melhor servidos com uma única direção a tomar conta de um conjunto de estruturas.

Uma outra solução poderia passar pela transferência das instalações mais pesadas para a responsabilidade das respetivas juntas de freguesia que têm um enquadramento institucional bastante mais sólido, além de uma contabilidade melhor organizada e fiscalizada. Dando um exemplo, visto que seguem as regras da contabilidade pública, é mais fácil às câmaras municipais fazerem um contrato de investimento para uma grande obra num salão qualquer, do que dar 200, 300 ou 500 mil euros a uma instituição com uma direção pouco sólida que, por vezes, não tem sequer garantias de continuidade durante o período de execução da obra. Chegámos a fazer acordos com uma determinada instituição que mudou de direção a meio do processo, surgindo outras pessoas que não concordavam com o que estava previsto fazer-se. Talvez uma das soluções seja a transferência para as juntas de freguesia, da gestão das estruturas mais pesadas do ponto de vista financeiro.

Estas são apenas algumas pistas resultantes da leitura do documento e este debate precisa de ser feito, sob pena de termos em muitas das nossas freguesias, diversas estruturas que acabam por não prestar ao povo, os serviços adequados. Dou os parabéns a quem organizou e elaborou este documento, dizendo que a Câmara de Angra está perfeitamente disponível para o debate com os respetivos promotores na busca de soluções dentro do possível e daquilo que são as suas competências.

Conselheira Nídia Inácio (deputada do PSD na ALRAA): Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhores conselheiros.

Na sequência da intervenção do senhor presidente da Mesa, Marcos Couto, com a mudança do pároco, a Igreja da Sé está aberta a toda a gente e não apenas aos turistas, mantendo-se o pagamento para o acesso à torre e ao tesouro. A igreja tem uma área museu mas, felizmente, não está profanada e continua aberta a quem pretender fazer as suas orações. O senhor padre Hélder Miranda faz questão que esta informação seja divulgada.

Conselheiro José Azevedo (em representação da AAIT): Bom dia colegas membros da Mesa, senhores conselheiros.

Subscribo tudo o que aqui foi dito pelo senhor conselheiro Paulo Sousa e pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo acerca da carta aberta em defesa das juntas de freguesia e das instituições da ilha terceira. Desconheço o que se passa no concelho da Praia da Vitória mas, como residente na freguesia da Feteira, passei por quase todas as instituições e faço parte da comissão de festas do ano que vem.

Os impérios não tiveram atividade no período da pandemia durante praticamente dois anos. Sem o apoio que foi dado pela Câmara Municipal na manutenção e obras de reparação, acho que a situação teria sido catastrófica para os impérios. É importante louvar o que é feito de bom, por isso quero lembrar mais uma vez a solidariedade da Câmara Municipal para com os impérios do seu concelho.

Muitas das comissões de festas são anuais e necessitam de um número de contribuinte para poderem abrir uma conta bancária; no entanto, para adquirirem um número de contribuinte, é necessária uma conta bancária, o que obriga à abertura de contas bancárias em nome pessoal para depois as passar para o nome das comissões de festas. Além do trabalho que dá a organização de uma festa e das dificuldades em criar comissões, é exigida uma enorme burocracia para que se possa dar continuidade a uma tradição com donativos que são dados pelo povo e tudo tem que passar pela tributação. Existe um enorme emaranhado de situações, por isso seria importante a criação de alguma orgânica no sentido de facilitar a tarefa às comissões de festas que mal sabem por que ponta devem começar.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Começo por cumprimentar a Mesa do Conselho de Ilha recém-eleita e todos os senhores conselheiros aqui presentes. Muito bom dia a todos.

Quero deixar uma mensagem a quem preparou esta carta aberta que abriu caminho para nos debruçarmos sobre estas matérias. Antes da tomada de posse do atual executivo na Praia da Vitória, poucas eram as reuniões com as juntas de freguesia, por isso houve o compromisso de fazer essa aproximação no sentido de gerar momentos de reflexão entre as várias juntas e a Câmara Municipal. A partir daí houve uma maior proximidade entre os próprios presidentes de juntas de freguesia que partilharam as coisas boas e também algumas preocupações e dificuldades ao nível da sua gestão interna.

O município da Praia da Vitória teve a oportunidade de se pronunciar desde o momento que tomou conhecimento desta carta e continuará a trabalhar no sentido de ajudar a ultrapassar alguns constrangimentos que foram referenciados. Sabemos que as questões burocráticas envolvem algum cuidado, por isso estamos completamente disponíveis para o que nos for possível fazer dentro das nossas competências e seremos os melhores parceiros no acompanhamento das situações que estiverem fora da esfera municipal, colaborando para que a mensagem chegue a quem de direito.

É necessária uma ponderação e avaliação do que efetivamente pode ser alterado em benefício das juntas de freguesia, das instituições e de outras organizações. Da minha parte e desde o momento que tomei posse, foi assumido o compromisso de criar o gabinete de apoio ao autarca porque reconhecemos a necessidade de um acompanhamento mais próximo das juntas de freguesia e das instituições.

A Câmara Municipal da Praia da Vitória continua totalmente disponível para reunir com os senhores presidentes de juntas de freguesia no sentido de continuarmos o debate a respeito das fragilidades que nos são apresentadas. As medidas que pudéssemos vir a propor aqui são transversais às juntas de freguesia e às instituições; nesse sentido é importante que ganhemos força e aprendamos a ser os melhores companheiros e parceiros nas decisões.

Vivemos para a festa e dedicamo-nos à festa, uma referência que é muito nossa. Como disse o senhor presidente da Mesa em relação aos impérios, poderá ser criada uma modalidade e uma forma de trabalhar que seja transversal a todos. O voluntariado de hoje não permite esta abertura, por isso temos que conquistar as pessoas com algum acompanhamento, fazendo-as perceber que haverá algum retorno e não me refiro apenas ao retorno financeiro porque as problemáticas refletidas nesta carta vão muito além das questões financeiras. Já agora, posso dizer-vos que a Câmara Municipal da Praia da Vitória dobrou o valor que era pago às suas juntas de freguesia para as munir de melhores condições financeiras.

Parece-me que este documento pouco tem a ver com situações financeiras e sim com a forma de gestão das instituições e das próprias juntas de freguesia. Nestes processos, cada um vai vivendo cada vez mais o seu egoísmo, a sua vida e deixa de dar à comunidade, o que poderá criar alguma preocupação.

Percebo que os senhores presidentes queiram ser os melhores parceiros das comissões de festas, dos impérios e até dos grupos desportivos, mas nem tudo pode partir das juntas de freguesia; contudo, são a única entidade que tem que dar suporte a todas as outras. Congratulo o concelho da Praia da Vitória pela forma como vai fazendo a gestão das suas instituições que vão sendo acompanhadas pelos senhores presidentes de junta para que as pessoas não desmotivem.

Volto a referir que tentaremos estar sempre presentes como temos feito até aqui. Cá estaremos para dar o nosso melhor no sentido de responder a qualquer reivindicação que seja da responsabilidade do município da Praia da Vitória.

Conselheiro Paulo Barcelos (em representação dos Montanheiros): Muito bom dia a todos.

Ao ler este documento, fiquei sem perceber com que objetivo o mesmo nos tinha sido enviado, dado que as reivindicações nele apresentadas não fazem parte da esfera das competências deste Conselho de Ilha. Percebi que apenas pode ser discutido neste fórum onde estão representadas várias entidades e a população civil, de onde poderão surgir

algumas ideias. Parto assim do princípio que este documento não veio ao Conselho de Ilha para aprovação ou reencaminhamento para outras entidades.

Nunca fui autarca mas tenho estado envolvido em diversas coletividades desde há muitos anos. A ilha Terceira tem cada vez menos pessoas e uma população envelhecida e acentua-se cada vez mais aquela máxima «somos sempre os mesmos para tudo». Muitas das direções de instituições ou autarcas que, de alguma maneira, iam assumido um determinado projeto ou causa pública, têm perdido essa vontade e vai sendo cada vez mais difícil encontrar quem queira pegar nestes projetos. Aqueles que, ao nível das associações, se iam entregando às causas, começam a sair cansados ou devido à idade e vai-se percebendo que os mais novos por vezes vão pegando nestas coisas por questões menos altruístas ou menos nobres.

Partilho as preocupações que estão esplanadas neste documento mas não concordo com a maior parte das soluções propostas por considerar que dificilmente seriam concretizáveis e devem ser articuladas diretamente entre as entidades envolvidas, ou seja, as autarquias, as juntas de freguesia e as diversas coletividades. Algumas soluções propostas implicam alterações de lei, por isso não serão muito fáceis de resolver, enquanto outras desvirtuam um pouco a forma de gestão de algumas coletividades, já que, uma coisa é o voluntarismo, a outra é ser-se funcionário. Um presidente de junta não é um funcionário da junta de freguesia, da mesma forma que um presidente de uma direção não é funcionário de uma determinada associação. Dado que estamos aqui para trocar opiniões, fica assim expressa a minha.

Conselheiro Paulo Gomes (deputado do PSD na ALRAA): Muito bom dia a todos. Aproveito para congratular a nova Mesa do Conselho de Ilha para o próximo ano que foi hoje eleita.

Faço parte do Conselho de Ilha como deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores mas peço ao senhor presidente da Mesa que me permita intervir na qualidade de presidente de junta de freguesia.

Complementando o que disse o senhor conselheiro José Azevedo, os estatutos são também necessários para a abertura de uma conta bancária, um problema com que se deparam algumas comissões de festas. É fácil abrir uma conta com NIF mas temos que incentivar os impérios e as comissões de festas a criarem os seus estatutos porque lhes permitirão uma maior transparência nas contas e nas candidaturas a diversos apoios.

Em São Mateus da Calheta estamos a tentar criar estatutos para dois bodos e para as festas de verão do porto que têm já uma grande dimensão. O Império do Cantinho já criou os seus estatutos e existe um outro império que não necessita pelo facto de organizar uma festa mais pequena.

Falando um pouco da nossa experiência, somos nós que pintamos os impérios e damos apoio a todas as festas em termos burocráticos. As comissões dirigem-se à Junta de Freguesia e nós prestamos a nossa colaboração.

Como fiz parte de diversas comissões, gostaria de referir que é preciso ter um pouco de cuidado com o excesso de apoios para não se correr o risco de desvirtuar a essência do voluntariado ao participar numa comissão de festas. Dando um pequeno exemplo do que foi dito por alguns cidadãos da vila de São Mateus, embora de uma forma muito suave, criticaram que não devíamos pintar os impérios porque os mesmos ganham dinheiro suficiente. Até alguns anos, eram as comissões de festas que pintavam os impérios, mas nós fazemo-lo de bom grado.

Este é um pequeno exemplo de que não devemos fazer tudo pelas comissões, mas quero ressaltar que cada freguesia tem a sua forma de trabalhar e algumas conseguem facilmente angariar fundos para as festas e para a manutenção das estruturas, apostando por exemplo, na contratação de artistas de fora da região.

Chamo a atenção que esta minha intervenção não é nenhuma crítica, apenas a constatação de factos. Acho que é fundamental apoiarmos em termos burocráticos mas temos que ter algum cuidado com os apoios relativos a outras situações.

Conselheiro José Azevedo (em representação da AAIT): Quero referir também o IVA que é cobrado na realização de touradas à corda, que são consideradas cultura. A taxa de IVA no continente é de 12 % e nos Açores são cobrados 6 %, por isso pergunto por que razão, as touradas à corda estão incluídas na taxa normal de 16 %. Sei que o Conselho de Ilha não tem as competências mas esta situação deve ser referenciada para se tentar perceber se será possível alterá-la ao nível regional ou da república. Não faz sentido que as touradas não beneficiem da taxa que é aplicada à cultura nos Açores.

Conselheira Helga Barcelos (em representação da CCAH): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros. Antes de mais, quero dar os parabéns à Mesa recém-eleita por mais estes votos de confiança que tiveram, convicta de que vão desempenhar muito bem o seu papel.

Depois de ler esta carta, tenho que admitir que fiquei mais atenta ao trabalho de coletividade porque faço parte da Câmara do Comércio e sei o quanto temos todos que trabalhar para, no fim do ano, termos disponível o orçamento para as nossas iniciativas.

Há muito pouco tempo fui mordoma pela primeira vez na minha vida, algo que nunca pensei fazer porque não tinha qualquer ligação com a festa desde os meus doze anos, e orgulho-me de dizer que foi das minhas experiências mais felizes porque me permitiram respeitar e conhecer muito mais a nossa ilha e a nossa cultura. Ainda bem que tal aconteceu porque foi, sem dúvida, uma aprendizagem muito grande. As festas ocorreram em maio e deram muito trabalho, estamos em outubro e ainda não consegui colocar a minha vida profissional em dia, por isso percebo que as pessoas evitem assumir este tipo de responsabilidades, até porque andamos todos a correr para atingirmos os nossos objetivos ao nível pessoal e profissional.

Se cada um de nós passasse por essas experiências uma vez na vida, decerto mudaríamos a nossa leitura e tornar-nos-íamos melhores pessoas. Tive uma grande colega como mordoma e

colegas do segundo bodo que tinham vivido estas experiências, por isso souberam transmitir-me valores que me fizeram entender melhor a festa. Tive a sorte de trabalhar na freguesia de São Bento, onde fui extremamente bem apoiada pelo senhor presidente da junta de freguesia. Senti que é uma freguesia muito bem organizada que muito nos ajudou, colaborando com as mordomas.

Na minha freguesia há quatro impérios, o que implica oito peditórios; fazendo bem as contas, percebemos que tem que haver muito boa vontade da parte das pessoas. O povo terceirense é diferente, poucos conhecem o seu valor e tudo isto nos oferece uma experiência muito gratificante.

Quero dar também os parabéns à Câmara Municipal de Angra pela sua atenção para com as comissões de impérios, pelas isenções que proporciona e também pelas *checklists* que nos entregam com todas as licenças necessárias para organizar uma festa. Como não estava ligada às festas há doze anos, não fazia ideia do que era necessário e do imenso trabalho que dá fazer uma festa.

Dado que as pessoas envolvidas nas comissões de festas, estão obviamente muito ocupadas com as suas vidas pessoais e profissionais e não podem sair do seu trabalho para se deslocarem à Câmara, por exemplo, na minha opinião toda a documentação deveria ser processada de forma digital através da internet, como as licenças para as touradas, as contas bancárias, os pagamentos, etc. Tentei resolver pelo telefone mas foi-me dito que teria que o fazer presencialmente. Estou certa que foram estas as dificuldades que enfrentaram também todas as outras pessoas envolvidas nas comissões de festas.

As pessoas têm as suas famílias, os seus compromissos pessoais e profissionais; ninguém quer tirar um dia de férias para tratar destes assuntos e mais uma semana e meia para fazer a festa. Depois de ter passado por tudo isto, acho que esta tradição não vai acabar porque, ao prestarmos estes contributos, nem que seja uma vez na vida, ficamos para sempre vinculados às nossas tradições.

Ponto 3 – Anteproposta de Plano da Região Autónoma dos Açores para 2024. Para emissão de parecer.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Este tem sido sempre um momento de alguma dificuldade neste Conselho de Ilha desde há muitos anos. É preciso dizer com toda a clareza que o problema não é de agora para que depois não se diga que se trata de uma questão de natureza política ou partidária; tem a ver com a organização dos planos e particularmente com a forma como se pretende fazer a desagregação espacial, o que leva a que tudo isto seja uma verdadeira charada sem o mínimo de análise. Acabamos por ter planos com valores que não correspondem àquilo que deve ser o real investimento e relatórios em relação ao investimento do ano anterior com números muito bonitos. Basta dar uma volta e

olhar para o que se passa na ilha Terceira para se perceber que estamos a falar de um verdadeiro mundo de ficção.

Isto é muito desagradável e não deveria estar a acontecer. Para vos dar uma ideia, no que diz respeito à coesão, transição digital e representação, São Miguel tem 732 mil euros para apoio aos media e a Terceira tem 500 mil. A Terceira tem 3 milhões para os sistemas de informação e suporte e São Miguel tem 1,5 milhões. Para a modernização da administração pública, a Terceira tem 3,4 milhões, enquanto São Miguel tem 1,4 milhões. Mais grave do que isto é o caso do serviço público de transporte aéreo e marítimo inter-ilhas em que a Terceira tem 13,5 milhões de euros, enquanto São Miguel tem 17 milhões.

Naqueles programas que são imateriais e estão divididos por toda a região, carregou-se na Terceira e descarregou-se em São Miguel para pensarmos que aqui estamos muito bem servidos. Ora, é um bocado infantil fazerem isto porque não somos tontos; basta olhar para o que está aqui escrito para se perceber que isto é tudo uma ficção e no fim do ano vão dizer que fizeram o maior investimento de sempre na ilha Terceira. O investimento não foi feito na ilha Terceira. No transporte marítimo inter-ilhas, uma das áreas em que estamos mais mal servidos, somos quem mais está a pagar *per capita*; basta dividir estes valores pelo número de habitantes de cada uma das ilhas.

Não percebo como se vai gastar 500 mil euros na ilha Terceira – que tem apenas um órgão de comunicação social escrita, o Diário Insular, e umas quantas estações de rádio que recebem quase nada – enquanto em São Miguel, que tem muitos mais OCS, vão ser gastos 700 mil. Esta disparidade justifica-se porque isto está feito para que pareça existir um elevado investimento na ilha Terceira.

Não faz sentido que se continue a fazer isto. Mais valia colocar todos estes programas onde deveriam estar, ou seja, aqui no fim da linha no «não desagregado» que serve todos. Não se percebe a métrica que é usada. Ainda fiz a conta dividindo *per capita*, mas não pode ser porque os terceirenses ficam com um investimento muito superior ao de São Miguel e quando olhamos para as coisas que nos incomodam e fazem falta, a situação inverte-se. As obras físicas têm outro destino e as coisas que são de todos estão essencialmente concentradas na ilha Terceira.

Volto a repetir que esta é uma questão antiga que levou a que este Conselho de Ilha tivesse tomado uma posição unânime durante dois anos seguidos quando o Governo era do Partido Socialista, por isso não faz muito sentido que nos voltemos a pronunciar sobre este plano. Vi os números que foram publicados recentemente pelo PSD, em que o plano teve uma execução extraordinária no ano passado, mas não foi com certeza nas obras, foi naquilo que é de todos. A execução não aconteceu e o investimento diminuiu este ano em algumas obras que tinham investimentos grandes, sem que as mesmas se tivessem iniciado.

Há outros compromissos que me são muito caros como, por exemplo, a reconstrução dos dois claustros que temos em ruínas aqui em Angra, e não me parece que entrem por aqui ou vão

entrar marginalmente. Este plano é igual aos anteriores, não é o que precisamos e do meu ponto de vista, a melhor forma de o dizer é abstendo-nos de nos pronunciar.

Conselheiro José Laranjo (em representação da AMPV): Muito bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhores conselheiros.

Lembro que o parecer que foi emitido por este Conselho o ano passado, referia que era globalmente positivo. Ao dizermos que este parecer é igual, estamos a correr o risco de dar um aval globalmente positivo.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Creio que o parecer que enviámos o ano passado infelizmente não refletiu aquilo que aconteceu nesta reunião. O que temos que dizer é que o plano mantém-se na mesma zona, por isso abstemo-nos de nos pronunciar.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Uma das grandes preocupações que temos no concelho da Praia da Vitória é o estado em que se encontram os pavimentos das vias regionais. Olhando para o valor que está inscrito, pergunto como vamos conseguir fazer face a esta situação que se vai agravando com o passar do tempo, o que me deixa muito desconfortável.

Esta pavimentação tem que ser feita. O município tem imensas dificuldades em assegurar a manutenção das próprias vias e temos noção do esforço que estamos a fazer. Este valor não dá sequer para assumirmos os compromissos no nosso concelho, quanto mais para se investir nas estradas regionais.

Conselheiro José Toste (em representação da AMAH): Muito bom dia senhor presidente da Mesa e demais conselheiros.

Este plano vem no seguimento de outros que foram sendo apresentados e mereceram pelo menos duas discussões neste Conselho de Ilha. Numa primeira posição, decidiu-se fazer uma listagem, indicando o que considerávamos positivo e negativo, sem daí se retirar qualquer conclusão. Houve uma segunda discussão numa reunião em que não estive presente, por isso não sei se, o que verteu para a opinião pública, reflete o resultado da discussão e o que constava no parecer.

Este plano marca um caminho de pouca evolução na inscrição de novos projetos de investimento na ilha Terceira. Se formos a ver, grande parte destas ações constavam já nos planos anteriores e estamos a pisar chão que já foi pisado. Há aqui talvez questões inovadoras e investimentos claramente laterais mas de pequena dimensão, que não estão alinhados com os interesses estratégicos do desenvolvimento da ilha Terceira.

Embora claramente mais significativa, volta a estar aqui inscrita a verba para a ampliação do cais de cruzeiros e continua a falar-se em estudos. Esta verba é para fazer aquilo que deveria estar feito há três ou quatro planos atrás. Recordo que há dois ou três anos, destacámos

como ponto positivo, a inscrição de uma verba para a realização desses estudos, por isso não faz sentido que se inscreva uma verba ainda maior para esse efeito.

Este plano é irrealista na sua organização, o que nos deixa desconfiados, atendendo à execução dos planos anteriores. Não me refiro às realidades que são transversais à região, mas à execução concreta em obra, havendo sempre uma forma de disfarçar isto com a tal questão do investimento nas pessoas e não em infraestruturas, um argumento que é falacioso. Não podemos fazer a separação porque o investimento nas infraestruturas é também um investimento nas pessoas.

Se optarmos por não tomar uma posição, no fundo não haverá grande diferença relativamente às posições aqui tomadas anteriormente. Poderá haver um consenso com a possibilidade de nos pronunciarmos negativamente acerca desta proposta de plano e orçamento. Não havendo uma maioria nesse sentido, percebo a tomada de posição de «não pronúncia» baseada no irrealismo deste plano, pelo facto de as verbas não estarem alocadas de acordo com o investimento que é necessário fazer na ilha Terceira e por não estarem aqui previstos novos investimentos, tratando-se apenas da continuidade do que vem de trás. Há três anos consecutivos que não aparece neste plano, um projeto dinamizador da economia da ilha Terceira, que tanta falta nos faz.

Conselheiro Paulo Barcelos (em representação dos Montanheiros): Faço orçamentos no início de cada ano e relatórios de execução no final e o que interessa é demonstrarmos a nossa capacidade de execução. Um saldo positivo nem sempre é bom porque poderá significar que não nos foi possível executar o que estava previsto.

Fiz uma leitura cruzada e seletiva deste plano, fui a algumas secretarias que me são queridas para tentar saber o que estava previsto, e devo dizer que fiquei exatamente com a mesma sensação do professor Álamo, ou seja, há aqui muita engenharia financeira. É difícil analisar ou votar um documento que, à partida, parece interessante e bom, mas cai no descrédito quando sabemos que o resultado final será falacioso e muito diferente daquilo que está previsto.

A título de exemplo, consultei o que havia na parte da Direção Regional da Cultura e vi um montante muito interessante para a ilha Terceira, mas fiquei ainda mais surpreendido quando vi mais abaixo uma rubrica só para as filarmónicas, o que significa que a primeira rubrica não as incluía. Achei tudo aquilo muito interessante, quando me lembrei da falta de execução que houve neste ano de 2023. Todas as entidades se queixaram dos apoios miseráveis que a DRC lhes concedeu, além de terem vindo tarde e a más horas. O município de Angra deu apoios interessantes e a Direção Regional da Cultura não deu nada de significativo. Não fui ver, mas a rubrica do ano passado terá provavelmente sido semelhante. Se calhar, devem ter levado uns meses a pensar para onde ia parte do dinheiro, então dividiram o restante.

Apetece-me seguir a sugestão do senhor presidente da Câmara Municipal de Angra, abstendo-me de me manifestar sobre este documento que, no papel, tem as suas virtudes,

mas todos conhecemos o resultado final e o papel aceita tudo o que lá pusermos. Estou como o preto dos dois corações, sem saber para que lado hei de votar.

Conselheiro Tiago Lopes (deputado do PS na ALRAA): Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhores conselheiros.

No entendimento do grupo parlamentar do Partido Socialista, e questões político-partidárias à parte, a ilha Terceira está a marcar passo no seu desenvolvimento socioeconómico. Após três anos de governação e compreendendo toda a conjuntura eleitoralista que se possa adensar, é de realçar a pouca atenção que o desenvolvimento da ilha Terceira tem merecido, sobretudo nos últimos três anos.

Fazendo incidir a nossa atenção nesta proposta de plano do último ano de legislatura deste governo, parece que em 2024 é que se irão efetivar todos os desejos, anseios e investimentos que foram prometidos ao longo dos últimos três anos, que dificilmente veremos cumpridos, porque uma coisa é a execução financeira, a outra é a execução material. Devemos incidir a nossa atenção de forma genérica em dois pontos e a partir daí fazer eventualmente uma análise mais pormenorizada.

Tal como foi dito nalgumas intervenções que me antecederam, ao nível macro esta anteproposta induz, de certa forma, alguma falta de credibilidade. Ao nível financeiro, 90 % da suposta execução do primeiro semestre foi realizada com recurso ao endividamento, por isso receamos que as receitas deste segundo semestre que estamos a atravessar, sejam para pagar o endividamento que foi contraído no primeiro semestre, o que se reflete depois na execução material.

Pouco ou nada se vê daquilo que foi prometido realizar na ilha e muito advém de situações planeadas e iniciadas anteriormente. Não vemos, nesta anteproposta de plano de investimentos para 2024, a previsão de um único investimento minimamente relevante ou estruturante para ser executado na ilha Terceira nos próximos anos.

Falou-se há pouco do impacto dos supostos investimentos no setor da cultura. Da parte da saúde, a que eventualmente me é mais cara, já o ano passado tínhamos alertado para o corte que foi feito nas unidades de saúde e alguns de nós poderão ter exemplos pessoais ou familiares do seu impacto na atividade assistencial das unidades de saúde da ilha Terceira.

Ao entrarmos no próximo ano, que é o último desta legislatura, é muito difícil crer que será desta que a ilha Terceira terá a devida atenção e o investimento necessário para o desenvolvimento económico que todos queremos.

Como disse há pouco, compreendendo todo o cenário eleitoralista, consideramos que o Conselho de Ilha da Terceira deve assumir uma posição de força junto das entidades e da própria população, emitindo o seu parecer relativamente a esta anteproposta de plano de investimentos para 2024, sob pena de, eventualmente, podermos vir a suscitar depois alguma falta de credibilidade junto da população que todos devemos defender.

Conselheiro José Azevedo (em representação da AAIT): Aparecem aqui 12 222 000,00 € nas parcerias publico-privadas referentes ao hospital da ilha Terceira mas o valor das SCUT em São Miguel é muito superior, ou seja, o que é abrangente fica generalizado, enquanto são referidas em concreto as verbas que são atribuídas à ilha Terceira.

O que também me chamou à atenção foram estes 4 570 000,00 € para a aerogare da ilha do Corvo, um valor que, dividido por quatrocentos corvinos, dá cerca de 12 mil euros a cada um. Percebo que seja preciso fazer obras, mas deve haver equidade consoante a respetiva localização.

Não sei se sabem mas este plano custou 75 mil euros à região e é praticamente um *copy & paste* do plano do ano passado, apenas com pequenas alterações de valores aqui e ali sem obras estratégicas que impulsionem a região autónoma dos Açores, e são também preocupantes estes 725 milhões de euros do PRR que terão que ser aplicados até ao fim de dezembro de 2025.

O plano do ano passado previa 300 mil euros de fundos comunitários mas foram aplicados apenas 50 milhões até ao mês de setembro. Na eventualidade de virem a ser gastos outros 50 milhões nos restantes três meses do ano, ficam ainda por executar 200 milhões de euros. Ora, o plano para 2024 prevê 400 milhões de euros; de acordo com o que provaram em 2023, pergunto se as diversas secretarias terão capacidade para executarem esse valor.

Como responsável por algumas instituições, fico muito preocupado porque sei que são os fundos comunitários que fazem alavancar a economia da nossa região, juntamente com o empreendedorismo dos empresários em nome individual e as dinâmicas de algumas instituições.

A não aplicação dos fundos comunitários é o desaproveitar do avanço da economia na região autónoma dos Açores. Na questão específica da agricultura e no que diz respeito ao «PRORURAL+», o último aviso que houve para projetos de investimento fechou em setembro de 2022 sem um único projeto aprovado e os projetos que foram aprovados em 2020, têm vindo a ser executados em 2023. Nalguns casos houve atrasos por falta de capacidade de investimento, noutras as pessoas desistiram de investir porque o montante aprovado que era apoiado em 65 %, baixou para os 30 ou 35 % devido à inflação, ou seja, não houve uma atualização dos valores para que as pessoas pudessem efetuar o investimento dos projetos que estavam aprovados e ainda não saíram os projetos que foram feitos até setembro de 2022.

Com este ritmo não vamos lá. Estamos aqui no Conselho de Ilha a debater em relação à ilha Terceira mas o problema é generalizado e muito mais grave porque a máquina não avança em toda a região autónoma dos Açores. Em termos genéricos, a questão dos fundos comunitários é a mais grave que temos na execução de 2023 e o que está projetado para 2024 é uma irreabilidade.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Tenho que concordar com quase tudo o que aqui foi dito pelo senhor professor Álamo de Meneses, divergindo apenas a respeito do que deve ser o nosso parecer.

O grande problema deste e de outros orçamentos não é o que está escrito, mas o que foi ou não foi executado. A verdade é que não se executou nada, continuamos na mesma situação desde há quinze anos e nada disto tem a ver com partidos. Devemos focar-nos neste adiamento por mais um ano, ficando pé na necessidade de execução, já que o orçamento prevê um aumento de 28 % no investimento na ilha Terceira. Estes 3,8 milhões de euros que estão inscritos para a aerogare civil das Lajes têm que ser executados, assim como os 3,2 milhões que estão previstos para a marina de Angra do Heroísmo e os 2,1 milhões para a ampliação do porto da Praia da Vitória.

Prevê-se um investimento total para a ilha Terceira de 157,4 milhões de euros, mais 17 % do que existia no orçamento anterior. Estamos perfeitamente de acordo com tudo isto mas o problema é que nada se faz e a não pronúncia do Conselho de Ilha acerca deste plano, não me parece a postura mais correta. Temos que deixar explícito e de forma clara que nos congratulamos com este aumento de 17 % mas exigimos uma inversão total da política do governo que tem sido seguida até agora com a não execução em obra. Estamos a falar da marina, do porto, do aeroporto, das estradas, ou seja, a ilha Terceira precisa de investimento reprodutivo em infraestruturas que a façam desenvolver.

Foi aqui referida a aglomeração e a não desagregação da despesa em questões importantes que depois favorecem o investimento noutras ilhas. Quero deixar bem claro que discordo da forma como as opiniões foram aqui manifestadas mas revejo-me na totalidade do seu conteúdo.

Conselheiro Paulo Gomes (deputado do PSD na ALRAA): O grupo parlamentar do PSD quer destacar três grandes investimentos que constam no plano para 2024, nomeadamente estes cerca de 3,8 milhões de euros em obras na aerogare civil das Lajes, que foi requalificada há alguns anos, mas não estava preparada para o movimento que tem hoje em dia.

Além do estudo, está também implementado neste plano, o projeto para o cais multiusos que é para avançar, um investimento muito importante que será feito no porto da Praia da Vitória. Está a concurso público, o projeto para uma outra obra muito importante que é a ligação entre a Via Vitorino Nemésio e a Circular de Angra, além de outras intervenções na manutenção de algumas infraestruturas, nomeadamente, as escolas. Serão ainda implementadas alterações muito significativas ao FUNDOPESCA, que são muito importantes para os pescadores, assim como o alargamento do programa «Novos Idosos», e penso que o Governo Regional vai continuar também com a regularização de carreiras, nomeadamente de professores, médicos e enfermeiros.

Na nossa opinião, é claro que as infraestruturas são importantes, mas não é de menosprezar o investimento que o Governo Regional tem feito nas pessoas. Nesse sentido, manterá no

próximo ano, um conjunto de medidas adotadas no passado, nomeadamente ao nível das creches gratuitas, do COMPAMID, (que teve um aumento brutal), e da manutenção da baixa do IRS, do IVA e do IRC. Ainda a manutenção da «Tarifa Açores» e o fim dos rateios na agricultura, uma medida de grande importância para o bolso dos agricultores. De destacar também o alargamento recente do CREDITHAB, que é muito importante para as famílias com dificuldades no pagamento dos seus créditos, para não falar do apoio aos doentes oncológicos.

De ressaltar também alguns dados positivos relativos à economia dos Açores que tem vindo a crescer há 27 meses consecutivos. A semana passada saíram os números do RSI em que apresentámos o valor mais baixo dos últimos vinte anos, um dado bastante significativo decorrente dos melhoramentos na economia da região, e temos a maior taxa de emprego de sempre, assim como uma das taxas de desemprego mais baixas de sempre.

No que diz respeito ao turismo, os números estão à vista. Sabemos que, por vezes, baixam um pouco porque há sempre uma ilha que apresenta um menor crescimento num determinado mês, o que é normal. Destaco também a situação do bairro de Santa Rita, um problema que se arrastava há muitos anos e foi recentemente resolvido. Por muito que queiram afirmar o contrário, os números de 2022 e 2023 são muito superiores em relação ao que acontecia até 2019. Isto é factual e não vale a pena tentar encobrir.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Tenho mantido uma postura em defesa da ilha Terceira. Tendo em conta as nossas inclinações político-partidárias e o papel que cada um desempenha aqui, gostaria de lembrar que nos devemos manter unidos exclusivamente em defesa da ilha Terceira. Se entrarmos por outros caminhos, decerto todos terão algo a dizer mas não acho que seja isso que nos interessa.

Conselheiro Domingos Cunha (presidente da AMAH): Muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor presidente e os senhores membros da Mesa que foram eleitos, agradecendo as referências que foram feitas.

A análise deste documento é extraordinariamente difícil, complexa e confusa. Quem esteve atento aos planos anteriores, decerto verá que é impossível tentar estabelecer qualquer tipo de comparação com esta proposta porque não se pode comparar o que não é comparável.

Deixo o alerta para um ou dois casos gritantes em relação à ilha Terceira. Como presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e membro deste Conselho de Ilha, lamento profundamente que o Governo Regional não tenha tido a mínima sensibilidade cultural para com este concelho. Quando a cidade de Angra do Heroísmo comemora quarenta anos de património mundial, à exceção do que referiu o senhor conselheiro Paulo Barcelos relativamente às filarmónicas, o que vemos neste plano para a parte da cultura é zero. Não há uma única referência aos claustros da Igreja das Concecionistas e aos claustros da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, nem à Igreja do Castelo de São João Batista, onde a Câmara Municipal tem feito um investimento grandioso.

Com a cidade de Angra do Heroísmo a comemorar quarenta anos de património mundial, é lamentável que o Governo Regional não faça qualquer referência nem inscreva um cêntimo que seja para a recuperação destas ruínas que datam do sismo de 1980.

Ao lerem esta proposta, se tiverem o cuidado de consultar a desagregação por objetivo, mais concretamente a ação 4.9 que tem a ver com a defesa e valorização do património arquitetónico e cultural, verão que não é feita uma única referência ao que acabei de dizer. Mais grave ainda é que, na desagregação espacial, aparece o valor de 1 215 160,00 € que não corresponde a nada do que consta na desagregação por objetivo. Ninguém sabe para o que são estes cerca de 1,2 milhões de euros que estão incluídos na ilha Terceira mas, provavelmente, destinar-se-ão a outras áreas o que, na minha opinião é grave, por isso não posso deixar de referir e de lamentar esta situação.

Deixo-vos outro exemplo. Como sabem, o SEEBMO é um laboratório de referência nacional e internacional que foi pioneiro no diagnóstico e apoio no período da pandemia da Covid-19. Transitou dos planos anteriores, uma verba de 100 mil euros que aparece novamente e refere o seguinte: «*Preparar o projeto e fazer a expropriação de terrenos.*» Acreditam que 100 mil euros são suficientes para elaborar um projeto, expropriar terrenos e dar início à construção do SEEBMO? Eu não acredito.

Depois das posições tomadas pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo Conselho de Ilha da Terceira, lamento que este plano contemple uma verba de apenas 5 mil euros para a Pousada da Juventude em São Mateus, um valor que, como os senhores conselheiros sabem, não dá para fazer o que quer que seja naquela estrutura que, entretanto se vai degradando, está a entrar progressivamente em risco de colapso e a ser utilizada para fins para os quais não foi construída.

Este Conselho de Ilha já se pronunciou bastas vezes sobre a pertinência e a urgência de se intervir no porto da Praia da Vitória. É bom não esquecer que o senhor presidente anunciou que o Governo Regional assumiria os trabalhos preparatórios para que esta intervenção arrancasse com prioridade em 2023, mas não vi ainda nenhum estaleiro nem qualquer empreitada e continuamos a ser altamente penalizados sob o ponto de vista dos transportes marítimos, para já não falar nas diversas linhas que foram extintas.

Vou terminar, dizendo que estou muito preocupado com as acessibilidades aéreas, sobretudo entre as ilhas dos Açores. Puxando a brasa à minha sardinha, não consigo aceitar que os doentes das ilhas dos grupos, central e ocidental, tenham enormes dificuldades em aceder a tratamentos na ilha Terceira, sobretudo na área da Oncologia, o que é grave. Acontece que todos sabemos para onde esses doentes são desviados e podemos perspetivar o que vai acontecer a médio e longo prazo com as infraestruturas de saúde que temos na nossa ilha. Este não é claramente o plano de investimentos para a ilha Terceira, este não pode ser o nosso plano.

Conselheiro Valter Peres (em representação da AMPV): Saúdo os senhores membros da Mesa e os restantes conselheiros.

Não tenho conhecimentos técnicos para analisar o documento mas entendo os argumentos que aqui foram apresentados por quem sabe mais do que eu e vejo facilmente que este plano não serve à ilha Terceira. Já vinha com esta ideia e concordo com o senhor conselheiro José Toste quando diz que devia sair daqui uma opinião negativa sobre este documento.

Os apoios à área da cultura – que também me diz muito – têm sido efetivamente um desastre total, por isso o nosso parecer acerca deste plano de investimentos deve ser negativo e expresso com força sem medo das palavras. A palavra «descrédito» foi aqui diversas vezes pronunciada devido à forma como os planos têm vindo a ser apresentados, contrastando com aquilo que é efetivamente executado. Usando uma expressão popular, anda aí «gato escondido com o rabo de fora», o que nos merece um claro descrédito.

Concordo também com o professor Álamo de Meneses quando diz que uma das nossas opções poderia ser de uma não pronúncia, mas acho que este ano não pode, de maneira nenhuma, sair o que saiu o ano passado para a opinião pública, ou seja, um parecer globalmente positivo. Se for possível, prefiro que nos pronunciemos de forma negativa, vinculando e sublinhando o descrédito que nos merece este documento.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A minha visão em relação a este plano é globalmente negativa, muito negativa mesmo, quer pelas razões que há pouco aponte, quer pelo que outros senhores conselheiros foram aduzindo. Contudo, devemos tentar manter a ilha Terceira unida em torno de objetivos, uma atitude que me é muito cara, tal como o foi no passado.

Não precisamos nem devemos ter aqui votações dos senhores conselheiros em diferentes sentidos. Quando falei numa não pronúncia, era exatamente para tentar acomodar os interesses de todos, apresentando-nos perante os terceirenses e os açorianos em geral, unidos na defesa da nossa ilha.

Por todas as razões aqui apresentadas, devo dizer que este é um plano miserável e também maldoso – que é pior do que miserável – quando se tenta disfarçar a coisa, pondo mais dinheiro aqui ou ali. Estas manobras são muito desagradáveis e muito me ofendem. Melhor seria que tivéssemos um plano honesto em vez de se meter na Terceira, tudo o que é desagregável para que os terceirenses pensem que este é um grande plano.

Se este Conselho preferir votar negativamente, eu acompanharei, mas reitero o pedido para que nos mantenhamos unidos no sentido de aprovarmos aqui um parecer por unanimidade, algo que me parece extremamente importante.

Conselheiro José Toste (em representação da AMAH): Gostaria de fazer mais uma abordagem relativamente a um aspecto que foi trazido à colação como sendo eventualmente positivo. Se, por um lado, criticamos a desagregação espacial, por outro não podemos concordar com este

aumento de 17 % da verba prevista para a ilha Terceira. Facilmente se chega a um aumento de 17, 20 ou 30 % porque o plano foi montado pela via da desagregação espacial.

Ninguém aqui criticou a quebra de 40 % equivalente a 83,3 milhões de euros no âmbito da desagregação espacial entre o plano de 2022 e o plano de 2023; o que se disse foi que pretendíamos um plano mais ajustado às nossas reais necessidades, por isso não nos podemos congratular com um aumento de 17 % que é completamente irreal e fabricado pela via da desagregação espacial que foi aqui longamente assinalada. Não nos podemos deixar levar por este aumento ilusório.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Senhor conselheiro José Toste, revejo-me mais no discurso do senhor professor Álamo de Meneses do que no seu. Todos devem ter percebido que a minha intervenção anterior não foi no sentido da defesa deste plano e devemos ter cuidado com as nossas avaliações para que depois não nos atirem coisas à cara. Podemos concordar ou discordar, mas os factos são incontornáveis, por isso devemos dar uma resposta muito assertiva com argumentos que não venham a pôr em causa a nossa tomada de posição.

O aumento é inquestionável, mas é também inquestionável o facto de nada ter sido feito, e este discurso do investimento nas pessoas deixa-me muito preocupado. Não precisamos de tantos subsídios nem de investir nas pessoas, porque isso custa dinheiro às empresas e a todos nós e não são os subsídios que fixam as pessoas.

Quando fui vereador na Câmara Municipal, fiz uma proposta em reunião de Câmara com vista à criação de uma taxa de natalidade. Na altura era pouco sensível a estas questões económicas e o senhor presidente da Câmara, professor Álamo de Meneses, com a inteligência e assertividade que todos lhe reconhecemos, fez-me mudar rapidamente de opinião, dizendo-me que ninguém iria ter filhos por causa de 1000 euros que seriam recebidos de tempos a tempos, e aqueles que o fazem, já recebem rendimentos sociais, etc., etc. Depois de ouvir isto, retirei a proposta.

É a economia que gera riqueza e não o subsídio, algo que esta região ainda não entendeu. A inversão de um ciclo político poderia alterar este paradigma, algo que ainda não se viu de forma acentuada. Quanto a mim, é essencial que o nosso parecer faça referência ao SEEBMO e também à situação da Pousada da Juventude em São Mateus. Na qualidade de presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, levantei por diversas vezes a questão ao senhor Secretário Regional das Finanças e à senhora Secretária Regional do Turismo, e a Pousada continua sem solução à vista. Não podemos deixar de referir também a questão das ruínas e da desagregação da despesa.

Conselheiro José Azevedo (em representação da AAIT): Entre agosto de 2022 e agosto de 2023, verificou-se de facto um crescimento de 2,2 % na região, mas a taxa de inflação foi muito superior na ordem dos 6 %, o que quer dizer que os rendimentos das famílias baixaram

4 % e ficámos mais pobres. Sem qualquer intenção de um ataque político, acho que não devemos acomodar estes números que muito me preocupam.

Concordo com o senhor presidente da Mesa, Marcos Couto, quando refere que os subsídios não são a solução e o investimento é fundamental para alavancar as empresas, a indústria e a economia, algo que referi na minha intervenção anterior. Na minha opinião, faz sentido o que aqui foi dito quanto ao que deve constar no nosso parecer e acrescento que a ilha Terceira não deve ser a burrinha de carga, ficando com todos os montantes desagregados e generalizados.

Tendo em conta a execução do ano anterior, não podemos concordar com este orçamento e de nada nos serve este aumento de 17 %, se depois não houver execução. Felizmente, a maior percentagem de execução tem sido na agricultura mas, em termos gerais, as execuções na região têm ficado muito abaixo das expectativas dos açorianos.

No parecer que sair da reunião do Conselho de Ilha de hoje, devemos referir que os investimentos que estão previstos para a ilha Terceira devem ser executados em 2024 e uma não pronúncia sobre este plano poderá vir a ser interpretada como um consentimento.

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Bom dia a todos os senhores conselheiros.

Recordo que estamos aqui a apreciar a anteproposta do plano e orçamento para a região autónoma dos Açores. Partilho convosco o que diz respeito à execução mas, percentualmente falando, esta anteproposta não fala em execução, referindo um conjunto de investimentos, intenções, projetos e estudos que não foram executados no passado, por isso voltam a constar aqui.

Ando aqui há tempo suficiente para perceber que tem havido de forma recorrente de três em três anos, um orçamento eleitoralista. Não vejo qual a novidade, já que chegámos a aprovar orçamentos eleitoralistas por unanimidade como aconteceu no ano 2019. Não vejo nenhuma novidade no facto de este orçamento ser apelidado de eleitoralista, mas concordo com o senhor presidente da Mesa, Marcos Couto e com o senhor professor Álamo de Meneses a respeito da emissão de um parecer sobre esta anteproposta. Procuramos sempre assumir aqui posições de alguma coerência e união, sabendo que este é um assunto melindroso, dos que mais podem dividir este Conselho de Ilha; ainda assim, temos conseguido manter sempre a unanimidade nos pareceres que emitimos e apresentámos ao Governo Regional.

Conciliando um certo *déjà vu* da Assembleia Municipal da Praia da Vitória com o canal Memória, desde o ano 2016, fazia parte dos anexos do Conselho de Ilha, um conjunto de propostas apresentadas pelo penúltimo executivo da Câmara Municipal e não vejo lá muitas delas, passados quase oito anos. Ainda assim, no superior interesse da ilha Terceira, este Conselho aprovou sempre por unanimidade todo e qualquer parecer que foi enviado à Assembleia Legislativa Regional.

Apelo mais uma vez para que continuemos unidos o mais possível em representação da ilha Terceira e não tenhamos dúvidas que a mínima divergência entre nós ou qualquer tentativa de divisão, será imediatamente motivo de aproveitamento para alguém.

Quanto a mim, será importante e até mesmo inevitável, a emissão de um parecer por parte deste Conselho de Ilha, quanto mais não seja porque as próprias câmaras municipais e algumas instituições aqui presentes, têm já algum trabalho feito de propositura para esta anteposta de orçamento do Governo Regional.

Conselheiro Valter Peres (em representação da AMPV): Se for essa a minha opinião, muito bem, caso contrário, não me sinto confortável com essa obrigação da unanimidade. Quero deixar bem claro que pode haver unanimidade para os dois lados, ou seja, para um parecer positivo ou negativo, como já aconteceu em relação a outros governos.

Penso que nos devemos pronunciar de forma negativa a respeito deste documento que, quanto a mim, não é correto e cai em descrédito pelo que se tem passado. Continuo a achar que há aqui gato escondido com o rabo de fora e não tenho medo de utilizar estas palavras. Se é para haver unanimidade a respeito da emissão de um parecer negativo, eu votarei de bom grado.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A Mesa propõe que façamos um intervalo de quinze minutos para elaborarmos um texto global com o maior consenso possível em defesa da defesa da ilha Terceira. Aproveitem para tomar um café que a Câmara Municipal oferece amavelmente.

Interrupção dos trabalhos por quinze minutos.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Será mais ou menos esta a proposta de texto do documento a ser votada pelo Conselho de Ilha:

«Tendo em conta o histórico de execução e o irrealismo do documento em análise, nomeadamente no que diz respeito à desagregação espacial das verbas, o Conselho de Ilha da Terceira entende não se pronunciar sobre o mesmo. Não obstante esta consideração, serão anexados ao documento, os pareceres individuais de cada uma das entidades com assento neste Conselho de Ilha.»

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Não havendo nada a acrescentar, passamos à votação. Bom, parece que conseguimos unanimidade. Está encerrada a sessão, muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h10m do dia 23 de outubro de 2023, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

Os membros da Mesa:

Marcos Duarte Machado do Couto

Paulo Manuel Martins Luís

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

José António Sozinho Azevedo